

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.673 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2003

Audiência pública com ministro da Justiça será na próxima semana

Previsto para ontem, o debate com Márcio Thomaz Bastos foi cancelado por problemas de saúde do ministro e deverá acontecer quinta-feira. Ele discutirá com senadores os recentes episódios de violência no país e propostas de combate ao crime.

PÁGINAS 3

Conselho de Ética quer ouvir defesa de Antonio Carlos Magalhães

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pretende ouvir Antonio Carlos Magalhães. Em depoimento ontem, o jornalista Luiz Cláudio Cunha disse que o senador assumiu em conversa reservada ter sido o autor de escutas telefônicas ilegais na Bahia.

PÁGINAS 6 E 7

Aprovada MP que garante a fiscalização do futebol



Plenário votou ontem duas MPs, mas pauta continua trancada

PÁGINA 3

Embaixadores defendem guerra contra o Iraque

Invasão do país deve-se ao fato de o regime de Saddam Hussein haver desrespeitado resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A afirmação foi feita ontem pelos representantes dos Estados Unidos e do Reino Unido em audiência na Comissão de Relações Exteriores.



Célio Azevedo

Eduardo Suplicy preside audiência com os embaixadores Donna Hrinak e Roger Bone

Senadores pedem esforço para criação de Estado palestino

Suplicy critica fato de embaixadora não responder a perguntas

Comissão acolhe ato que amplia defesa da criança durante conflito

PÁGINAS 4 E 5



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro



José Cruz

Ana Julia vai dirigir a Subcomissão de Extração Mineral; Roberto Saturnino, a de Cinema, Comunicação Social e Informática; e Lúcia Vânia, a da Criança, da Infância e da Juventude

Senado escolhe presidentes de subcomissões

PÁGINA 3

Aelton Freitas alerta para escassez de água

Crescimento populacional pressiona reservas de água doce, que vêm sendo afetadas por desmatamentos nas encostas e nas matas ciliares. Senador defende intervenção dos governos para melhor utilização do recurso

Sarney discute reforma com diretoria da CNI

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente e o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro e Carlos Eduardo Moreira Ferreira, de quem recebeu a publicação *Agenda Legislativa da Indústria* – um documento que lista as reformas estruturais consideradas prioritárias pelos empresários para a retomada do crescimento no Brasil.

O texto seleciona os projetos de mudanças na área industrial que tramitam no Legislativo e que interessam ao setor produtivo do país. De acordo com Armando Monteiro, o presidente do Senado disse que essa agenda cada vez mais se confunde com a agenda do país, pois não é a meta de uma corporação, mas a aspiração do setor produtivo, voltado para a retomada do desenvol-



Sarney (D) recebeu ontem Armando Monteiro (C) e Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria

vimento, que é do interesse de todos os brasileiros.

Armando Monteiro, que é deputado federal pelo PMDB de Pernambuco, disse que as questões listadas no documento dizem respeito às reformas trabalhista e tributária, assim como a preocupação sobre a regulamentação da economia, infra-estrutura e meio

ambiente. Ele disse ter discutido com Sarney alguns projetos em tramitação no Legislativo, entre eles os relacionados com o meio ambiente, política nacional de resíduos sólidos, recursos hídricos e Lei de Falências, que o deputado considera importante para diminuir os custos e os *spreads* bancários.

Desastre ambiental mobiliza Partido Verde

Acompanhado do presidente do Partido Verde, José Luiz França Penna, e da maioria da bancada do partido, o deputado Sarney Filho (PV-MA) esteve ontem com o presidente do Senado, José Sarney, levando as preocupações do PV com a poluição do Rio Paraíba do Sul. Líder do partido na Câmara, o deputado afirmou que esse “talvez seja o maior desastre ambiental ocorrido em áreas de rios brasileiros”.

A poluição resultou do vazamento de rejeitos químicos de indústria de papel para o Rio Pombo, situado em MG e afluente do Paraíba do Sul. A espuma tóxica contaminou o Paraíba, suspendendo o abastecimento de água de várias cidades.

Sarney Filho disse que a situação é grave e que o PV já pediu à Câmara a criação de uma comissão externa destinada a averiguar a extensão dos prejuízos e apontar responsabilidades pelo desastre.

Deputada Maninha divulga encontro

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem da deputada federal Maninha (PT-DF) e da embaixadora Dulce Maria Pereira informações sobre a realização do I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa, do qual participarão os oito países que falam a língua.

A deputada disse que o encontro objetiva fazer um intercâmbio de idéias entre as parlamentares e traçar programas que possam ser financiados por organismos internacionais em benefício das populações desses países.

Do encontro, de acordo com a parlamentar, participará a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual Sarney é fundador. Maninha afirmou que Sarney achou interessantíssima a idéia do encontro e disse que o Senado estará à disposição das parlamentares para a realização do evento.

O desequilíbrio ecológico crescente provocado pelo modelo de desenvolvimento adotado no planeta, com o desmatamento de encostas e matas ciliares, contribuindo para a diminuição da quantidade e da qualidade da água disponível, tem preocupado o senador Aelton Freitas (PL-MG). Ele disse ontem que, pelos cálculos da Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial deverá chegar a 9 bilhões de habitantes em 2050, pressionando o meio ambiente e escasseando ainda mais as reservas de água doce.

– Segundo os analistas, em tempo muito breve, tal quadro pode desencadear conflitos armados de extrema violência. Faz-se necessária uma intervenção ampla dos governos para um acordo sobre economia da água – alertou.

Lembrando que foi dirigente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater/MG) em 1999, Aelton informou que a entidade tem exe-



Falta de água no planeta pode desencadear conflitos armados de extrema violência, afirma Aelton Freitas

cutado uma política engajada na causa ecológica, fornecendo educação aos agricultores familiares.

– É fora das metrópoles que as reservas florestais e os campos de produção são fixados. Portanto, a comunidade rural tem responsabilidade indiscutível no processo de construção de condições melhores de vida – afirmou.

O senador agradeceu o convite da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para participar do seminário “Água e Justiça Ambiental”, ocorrido em Brasília, em março.

Suplicy comunica aprovação de Itamar para embaixada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), informou em Plenário, na quarta-feira, que o ex-presidente Itamar Franco teve seu nome aprovado pela comissão para ocupar o posto de embaixador do Brasil junto à Itália, em Roma, com 13 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

A reunião da CRE em que foi apreciada a indicação de Itamar Franco à embaixada brasileira em Roma ocorreu na terça-feira e se estendeu até as 22h. Na ocasião, foi confirmado ainda o nome de

Tilden Santiago para a embaixada em Cuba, também com 13 votos favoráveis. Na mesma reunião, a diplomata Celina Maria Assumpção do Valle foi aprovada por unanimidade pela CRE para ocupar o posto de embaixadora do Brasil na Suíça.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ana Júlia defende nova lei sobre extração mineral

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) foram eleitos ontem presidente e vice-presidente da Subcomissão de Extração Mineral, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e criada para estudar a legislação existente no Brasil e em outros países e apresentar um projeto de lei que trate da questão.

A senadora acredita que a lei atual que fixa alíquotas compensatórias pela exploração de minerais é desvantajosa para as populações de municípios onde existe essa atividade econômica. Enquanto as cidades em áreas de exploração de petróleo recebem entre 5% e 10% a título de *royalties*, as compensações financeiras determinadas pela Constituição para municípios com exploração mineral podem ser de apenas 0,1% ou 0,2%, conforme o tipo de extração da região.



Ana Júlia quer elevar alíquotas pagas aos municípios com exploração mineral

Ana Júlia já apresentou, nesta semana, projeto de lei modificando essas alíquotas. Ela reconhece a importância da exploração de minerais para a balança comercial brasileira, uma vez que a maior parte é destinada à exportação, mas opinou que a população dos locais também deve ter acesso à essa riqueza. "Essa atividade econômica traz impactos ambientais e sociais imensos, deve haver compensações", disse.

Senado debaterá TV digital e a atuação da Ancine

A escolha do padrão de televisão digital a ser adotado pelo país e a atuação da Agência Nacional de Cinema (Ancine) serão os primeiros temas a serem analisados pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da Comissão de Educação (CE), instalada ontem sob a presidência do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), tendo como vice-presidente a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), eleitos por unanimidade.

Saturnino destacou a importância dos temas abordados pela subcomissão – cinema, comunicação e informática –, estratégicos para o desenvolvimento tecnológico e econômico e para a divulgação da cultura brasileira no mundo, como lembrou. Iris agradeceu a eleição e lembrou a responsabilidade dos senadores, como agentes públicos, em fazer circular a informação.

Os dois requerimentos para debates foram apresentados pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que quer incluir a subcomissão no debate sobre a escolha do padrão tecnológico a ser adotado no futuro sistema de televisão digital.

Para Demostenes, é importante debater a atuação da Ancine no momento em que o Congresso está reavaliando o papel das agências reguladoras. Não estão definidos os convidados para os dois debates.



Saturnino: comissão abordará temas estratégicos para o desenvolvimento e a cultura

Lúcia Vânia vai presidir a Subcomissão da Criança

A busca de novos mecanismos de amparo e proteção aos habitantes mais jovens do país será o principal objetivo da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude. Ao ser instalada, ontem, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a subcomissão elegeu, por unanimidade, a senadora Lúcia Vânia

(PSDB-GO) como presidente, que manifestou a certeza de que o órgão dará uma grande contribuição para melhorar as condições de vida da criança, do adolescente e da juventude. A vice-presidência ficou com a senadora Roseana Sarney (PFL-MA). A relatora dos trabalhos será a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Plenário aprova duas MPs, mas pauta segue trancada

Uma terceira medida provisória não chegou a ser apreciada ontem a pedido do relator. Quatorze propostas estão na fila de votação

O Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão à medida provisória (MP) que regulamenta o futebol, dando à atividade tratamento semelhante ao conferido às práticas empresariais. O texto será submetido à sanção do Executivo. Também foi aprovada a medida provisória que trata da subvenção econômica às operações de crédito rural. Sem alterações, a matéria irá à promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados.

A pauta previa a votação de uma terceira medida provisória – tratando da aposentadoria dos trabalhadores de cooperativas –, que não chegou a ser votada. O relator Romero Jucá (PSDB-RR) pediu 24 horas para analisar melhor a proposta. Assim, permanece obstruída a pauta de votações do Senado, impedindo a deliberação sobre outras 14 propostas.

A MP do Futebol obriga os clubes a publicarem seus balanços contábeis e fiscais, mesmo que não se transformem em empresas. De acordo com o texto, o Ministério Público poderá fiscalizar clubes, li-

gas, federações e confederações. Os clubes terão que publicar os balanços fiscais e contábeis até o mês de abril do ano subsequente ao exercício financeiro.

Os clubes de futebol não serão obrigados a se transformar em empresas e, neste caso, serão regidos pelo Código Civil. No caso dos chamados "clubes-empresa", as atividades serão controladas pela lei referente à constituição que tiverem escolhido – sociedade anônima, limitada etc.

Nos dois casos, os dirigentes que praticarem gestão fraudulenta serão responsabilizados pelos seus atos. O patrimônio pessoal de dirigentes, sócios e cotistas poderá ser confiscado para cobrir os prejuízos.

A MP trata da segurança nos estádios, determinando a realização de inspeções, acompanhadas pelo Ministério Público, das condições de segurança e higiene dos estádios, antes e durante as competições esportivas.

Outra preocupação é a saída pre-



Relator da MP sobre cooperativas, Jucá pediu 24 horas para analisar o assunto

matura de jovens jogadores para o exterior, antes de se tornarem profissionais. O projeto estabelece que os atletas só poderão se transferir depois dos 18 anos.

A outra medida provisória aprovada permite a equalização dos juros concedidos em operações rurais; assim, havendo recursos orçamentários para isso, o governo poderá custear parte das despesas financeiras dos empréstimos ao setor agrícola.

A aprovação da medida foi comemorada pelos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Ministro da Justiça adia audiência para quinta

Em nome da liderança do governo no Senado, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou ontem que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, deverá comparecer a audiência pública no Plenário do Senado na próxima quinta-

feira, às 14h30, para debater com os senadores o aumento da criminalidade e a crise no aparato de segurança pública no país.

Os esclarecimentos foram prestados em resposta a questionamento do senador Jefferson

Péres (PDT-AM). A audiência deveria ter-se realizado ontem, mas o ministro não pôde comparecer por estar adoentado. Thomaz Bastos deverá comentar as propostas de combate à violência em tramitação no Congresso Nacional.

Virgílio protesta contra votação sem acordo

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), protestou contra a votação de matérias na sessão plenária de ontem. Após consulta aos líderes do PMDB, PFL e PT, o senador tucano assegurou que não houve acordo prévio entre os partidos para desob-

strução da pauta de votações.

– Como não houve acordo, quero creditar isso à conta de um mal-entendido – declarou, considerando o fato desrespeitoso e dizendo esperar que episódios como esse não se repitam.

Na sessão de ontem, foram

aprovados o projeto de conversão da MP do Futebol e a MP que fixa juros subsidiados em operações de crédito rural. A pauta voltou a ser obstruída, entretanto, com o adiamento da análise de uma terceira medida provisória na ordem do dia.



Lúcia Vânia confia que subcomissão poderá dar grande contribuição para o tema

DEBATES NO SENADO

Embaixadores defendem uso da força contra Iraque

Em audiência reservada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ontem, Donna Hrinak, embaixadora dos Estados Unidos, e Roger Bone, embaixador do Reino Unido, apresentaram as razões que levaram seus países à guerra contra o Iraque. Hrinak concentrou seus argumentos no fato de o presidente do Iraque, Saddam Hussein, ter, nos últimos 12 anos, desrespeitado a vontade da comunidade internacional e 17 resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Roger Bone, por sua vez, disse estar seguro de que a Resolução nº 1.441 do Conselho de Segurança dá sustentação jurídica à intervenção no Iraque. Aprovada no ano passado, a resolução previa que os inspetores da ONU teriam acesso irrestrito e incondicional a qualquer local suspeito de conter armas de extermínio, incluindo os palácios presidenciais. Caso não permitisse o acesso, o governo iraquiano sofreria represálias. A resolução não especificou, porém, quais seriam as retaliações.

— Ninguém quer a guerra. Mas os Estados Unidos, o Reino Unido e uma coalizão formada por quase 50 nações se comprometeram a garantir as resoluções da ONU para desarmar o Iraque e libertar o seu povo da tirania de Saddam Hussein — afirmou a embaixadora.

Hrinak também explicou a forma como os Estados Unidos analisam as mudanças no mundo após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Ela considera que as lideranças internacionais têm falhado nos esforços de manter armas de destruição em massa fora do alcance de terroristas.

— A maneira de lidar com tiranos é combatê-los. Sabemos disso porque sofremos na própria pele. Reconhecemos que muitas pessoas sérias deste hemisfério têm opinião diferente sobre o assunto e respeitamos seu ponto de vista — declarou, minimizando as diferenças entre as posições do Brasil e dos Estados Unidos com respeito à ONU e à guerra.

Hrinak afirmou que “nem todos em Washington concordam com a posição do Brasil”, mas, depois de explicar às autoridades norte-americanas a tradição pacifista brasileira, ela acredita que há um melhor entendimento da reação do governo brasileiro à guerra.



Donna Hrinak e Roger Bone disseram à comissão, presidida pelo senador Eduardo Suplicy, que o Iraque desrespeitou resoluções da ONU

Virgílio teme que guerra seja “combustível” para o terrorismo

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse recear que a guerra sirva de combustível para o terrorismo internacional e o aumento da tensão entre o mundo judaico-cristão e o muçulmano. Ele também se manifestou preocupado com os danos causados pela perda de poder do sistema da Organização das Nações Unidas, e sugeriu que a reconstrução do Iraque, sob a égide da ONU, seja um momento para o mundo reconquistar a confiança no multilateralismo. “A coalizão não substitui a ONU”, afirmou.

Ao renovar seu apoio à posição



Arthur Virgílio

Tasso Jereissati

“serena” do governo brasileiro sobre a guerra, Virgílio frisou que a discordância entre democratas não afeta a histórica relação de parceria entre os países. Assim como o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), ele disse que as relações entre Brasil e EUA não podem ser abaladas, apesar das divergências momentâneas.

Parlamentares cobram esforço pela criação de Estado palestino

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Hélio Costa (PMDB-MG) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) apelaram aos embaixadores dos Estados Unidos e do Reino Unido para que seus governos se esforcem pela criação de um Estado palestino.

— Os palestinos são um povo desesperado, sem proteção internacional. Eles têm o mesmo direito dos israelenses de constituir o seu Estado nacional — afirmou Costa.

Jereissati cobrou uma “disposição concreta” da coalizão contra o Iraque de pôr fim às hostilidades no Oriente Médio, incluindo o conflito entre israelenses e palestinos. Ele disse que o atual primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, tem tendências bélicas e, ao mesmo tempo, conta com apoio dos governos norte-americano e britânico.



Hélio Costa

O embaixador do Reino Unido, Roger Bone, comprometeu-se, sob a condição de o Estado de Israel estar livre do terror, a lutar por um Estado palestino de acordo com as resoluções da ONU.

Hélio Costa ainda lamentou que esteja havendo cerceamento às atividades da imprensa nos Estados Unidos. Para ele, o jornalismo norte-americano está repetindo a atitude que teve na cobertura da guerra do Vietnã, quando não se divulgava a realidade do *front* da guerra.

Assim como Tasso Jereissati, Costa questionou os embaixadores sobre as contradições entre Europa e Estados Unidos acerca da reconstrução do Iraque e da administração temporária da indústria petrolífera daquele país.

Capiberibe critica política externa dos Estados Unidos

Ao apontar contradições na política externa dos Estados Unidos, o senador João Capiberibe (PSB-AP) disse temer as decisões e as avaliações norte-americanas acerca de outros países e seus governos.

O senador usou como exemplo a relação dos Estados Unidos com Saddam Hussein, que era tratado como aliado na guerra que o Iraque empreendeu contra o Irã nos anos 80. Agora, afirmou Capiberibe, o presidente do Iraque se tornou o inimigo nº 1.

— O que nos aterroriza mais? Saddam Hussein ou a política internacional dos Estados Unidos? — questionou Capiberibe aos embaixadores dos Estados Unidos e do Reino Unido, Donna Hrinak e Roger Bone, durante a audiência



João Capiberibe

pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O senador lembrou que, por iniciativa norte-americana, o diplomata brasileiro José Maurício Bustani foi destituído do cargo de diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) há um ano, por sugerir que fossem realizadas inspeções também nos Estados Unidos.

A recusa do governo do presidente George W. Bush de assinar o Protocolo de Kyoto, que estabelece metas para a diminuição da poluição atmosférica, também foi condenada por Capiberibe. Para ele, a atitude norte-americana de ir à guerra numa decisão unilateral pode levar a nova corrida armamentista.

Posições de Lula abrem novos espaços para o Brasil, diz senador

A postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante do conflito armado no Iraque, condenando a declaração de guerra feita pelos Estados Unidos, pode abrir nova perspectiva para o Brasil no cenário internacional do pós-guerra. Assim acredita o senador João Capiberibe, para quem o Brasil, uma potência ambiental, dotada de um nível de desenvolvimento tecnológico importante, precisa ampliar seu leque de relações externas.

— O Brasil respeita a autodeterminação dos povos e luta pela paz — disse Capiberibe em Plenário, apontando qualidades que credenciariam o país a buscar novos parceiros na Ásia e na Europa, por exemplo.

O senador afirmou que Lula começou a pavimentar um novo caminho para o Brasil no exterior logo no início de seu governo, quando compareceu ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre e ao Fórum Econômico Mundial de Davos, estabelecendo “uma ponte entre o Sul empobrecido e o Norte rico”.

A disposição do presidente de “buscar o diálogo”, assinala Capiberibe, também teria tido grande repercussão no cenário interno. Para ilustrar essa declaração, ele lembrou que a economia brasileira, com o novo governo, vem conseguindo recuperar um certo grau de equilíbrio.

SARNEY RECEBE CONSELHEIROS MARROQUINOS

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita de Mohamed Jaouhari e Mustapha El Yemli, integrantes da Câmara dos Conselheiros, equivalente ao Senado no Marrocos. Eles acompanhavam o vice-presidente daquela Casa, Ahmed El Kadiri, com quem Sarney conversou sobre as relações entre os dois países e a situação internacional.

— As posições do Brasil e do Marrocos são idênticas: esta guerra (no Iraque) não deveria ter começado e a solução deveria ter ficado nas mãos das Nações Unidas, que são a base de toda a legalidade internacional. Conversamos com o presidente Sarney e pensamos que a única solução é voltar logo à paz e à legalidade — afirmou El Kadiri, cujas declarações foram traduzidas pelo embaixador do Marrocos no Brasil, Abdelmalek Cherkaoui Ghazouani, que acompanhou toda a conversa.

O parlamentar marroquino fez comparação entre a primeira Guerra do Golfo (1991) e a atual.

— Na primeira havia a legalidade internacional, e foi um sucesso militar e político; esta guerra talvez possa ter sucesso militar, mas nunca será um sucesso político — afirmou.

DEBATES NO SENADO

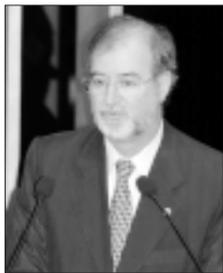
Senadores questionam as razões da guerra

Para o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o fato de até o momento não terem sido encontradas armas de destruição em massa no Iraque aumenta as desconfianças de que o interesse no petróleo está por trás da guerra.

Durante a audiência com os embaixadores dos Estados Unidos e do Reino Unido, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Azeredo disse que a posição do Brasil contrária à guerra deve ser analisada levando-se em consideração que o país apoiou a primeira guerra no Golfo Pérsico, em 1991, e a guerra contra o terrorismo.

Da mesma maneira, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), vice-presidente da CRE, considera a posição unilateral tomada pelos dois países de promover a guerra contra o Iraque um paradoxo e uma incoerência.

— É com tristeza que vemos a nação que tanto amamos se en-



Eduardo Azeredo



Marcelo Crivella



Eurípedes Camargo

volver em um conflito que tem tanta relação com interesses geopolíticos. Espero, um dia, ver os Estados Unidos reconhecer suas fraquezas e, assim, demonstrar sua força — afirmou Crivella, citando o apóstolo Paulo.

VÍTIMAS

Além da preocupação com os inocentes que morreram e os que ainda estão sob ameaça no Iraque, Eduardo Azeredo quis saber dos embaixadores acerca das ações que estão sendo empreendidas para preservar o patrimônio cultural naquele país.

A senadora Patrícia Saboya

(PPS-CE) manifestou preocupação com o respeito aos tratados e acordos internacionais para que jovens com menos de 18 anos não participem e sejam preservados em conflitos armados. A senadora disse que, como mulher, pedia aos embaixadores que todos os esforços fossem colocados em prática para proteger as crianças.

Com a delegação de ser o “portador da voz das ruas”, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) relatou aos embaixadores que as pessoas não compreendem o porquê da imposição da vontade por meio da guerra.

Embaixadora dos EUA pede reunião reservada

A pedido da embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), determinou que a reunião realizada na manhã de ontem, que também contou com a participação do embaixador do Reino Unido no Brasil, Roger Bone, fosse reservada. Apenas os embaixadores, parlamentares e

assessores das representações diplomáticas e do Senado puderam permanecer na sala de reuniões da CRE.

Muito elogiada pelos senadores como diplomata de alta competência, ao final das intervenções dos senadores, às 12h24, a embaixadora Donna Hrinak pediu licença a Suplicy para se ausentar, em função de compromisso assumido com representantes da socie-

dade civil brasileira na embaixada, às 12h. Foi o próprio presidente da CRE quem pediu à embaixadora para realizar o encontro.

Mesmo diante dos apelos de Suplicy para que adiasse o compromisso, a embaixadora insistiu que precisaria deixar o Senado e comprometeu-se a responder por escrito às diversas questões apresentadas pelos senadores ao longo da reunião.

Proteção às crianças vai ao exame do Plenário

Com base em relatório da senadora Patrícia Saboya, a CRE aprovou ontem parecer favorável ao projeto de decreto legislativo que aprova os protocolos que protegem as crianças contra a prostituição e a pornografia infantil e em conflitos armados. Os acordos internacionais ampliam a abrangência da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1990. A matéria segue para a análise do Plenário.

— Os protocolos, em consonância com as mais modernas tendên-



Patrícia Saboya

cias da proteção aos direitos da criança, buscam assegurar a condição humana e proteger a infância, tanto em conflitos armados quanto em situações em que se apresenta risco de graves delitos como a pornografia e a prostituição — afirmou a relatora.

Para Patrícia, a exploração infantil é inaceitável e cabe à comunidade internacional rechaçar o recrutamento forçado de menores de 18 anos por exércitos, e os abusos relacionados à venda

de crianças, entre outros crimes.

— O Brasil não pode e não deve se furtar em mostrar-se atuante no combate a todo e qualquer tipo de violação aos direitos da infância. O ato internacional é conveniente e oportuno aos interesses nacionais e muito positivo para a imagem do país junto à comunidade internacional — destacou a senadora em seu relatório, lido na reunião da CRE, que contou com a presença da representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Reiko Niimi.

Suplicy manifesta insatisfação com atitude de Donna Hrinak

Na qualidade de presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Eduardo Suplicy manifestou em Plenário sua insatisfação com a atitude da embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, de preferir responder às perguntas dos senadores da comissão por escrito. Ela esteve presente em reunião da CRE na manhã de ontem para falar sobre o ataque norte-americano ao Iraque.

— Fico me perguntando o que pensariam os senadores norte-americanos se o embaixador (do



Eduardo Suplicy

Brasil nos Estados Unidos) Rubens Barbosa comparecesse à Comissão de Relações Exteriores e não quisesse responder de viva voz às perguntas, preferindo enviar as respostas, posteriormente, por escrito.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) avaliou que a atitude da embaixadora foi de nítido desprezo e desconsideração para com o Senado brasileiro.

Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que os Estados Unidos têm manifestado, nessa guerra, total intolância à crítica, num comportamento que indica falta de razão.

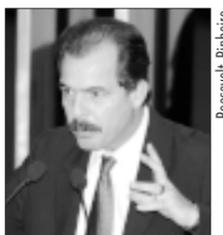
Mercadante diz que cenário era favorável à manutenção da paz

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), esclareceu aos embaixadores dos Estados Unidos e do Reino Unido a interpretação do Brasil de que o cenário era favorável para evitar a guerra e poupar a vida de inocentes. O esforço diplomático do país, afirmou, sempre esteve amparado no direito internacional, no respeito às instituições multilaterais e na tradição pacifista do país.

O Brasil, disse Mercadante, trabalhou pelo apoio à Resolução nº 1.441 do Conselho de Segurança da ONU, que dava uma última chance ao Iraque para se desarmar. O desrespeito de Saddam Hussein às resoluções anteriores da ONU, que levaram à imposi-

ção de sanções econômicas contra o Iraque, ressaltou o senador, também foram apoiadas pelo país. Entretanto, diante da deflagração da guerra, o momento atual, para Mercadante, é de repensar as instituições internacionais.

— Não podemos ter um órgão sem poder como a ONU está hoje. Precisamos preservar o direito internacional. O confronto foi precipitado, sem o amparo e sem a legitimidade do Conselho de Segurança da ONU.



Aloizio Mercadante

Iris de Araújo sugere que Lula visite países em favor do diálogo

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) propôs ontem, em Plenário, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realize uma jornada internacional, visitando vários países, com o objetivo de pregar o fim da guerra contra o Iraque.

— Se o presidente imediatamente conquistou uma alta respeitabilidade internacional, como brasileiros, cabe-nos reforçá-la e impulsioná-la a utilizar essa liderança com a finalidade de percorrer



Iris de Araújo

as nações incitando-as a atuarem no sentido de desativar a guerra e proclamar o diálogo e a concórdia — defendeu.

Iris de Araújo afirmou que é preciso desprendimento e espírito público para reconhecer

que todas as pessoas e governos têm responsabilidade sobre o que está acontecendo no Golfo Pérsico. “Muitos de nós continuamos agindo como se não fosse conosco, como se estivéssemos fora dessa nau globalizante e seus nefastos interesses”, acrescentou.

CONSELHO DE ÉTICA

Jornalista diz que senador assumiu grampo

O jornalista Luiz Cláudio Cunha, da revista *IstoÉ*, afirmou ontem, aos integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ter ouvido do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em conversa mantida no Senado no dia 30 de janeiro deste ano, a frase "eu mandei grampear o Geddel", referindo-se ao deputado federal Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). A comissão que investiga a instalação de escutas telefônicas clandestinas na Bahia também ouviu ontem o depoimento do jornalista Weiller Diniz, que escreveu com Cunha a primeira reportagem sobre o caso.

Cunha disse que não dispõe de prova documental, a não ser o próprio testemunho, de que a frase teria sido dita por Antonio Carlos, no contexto de uma conversa em que o senador estaria lhe dando informações sobre a existência de esquemas de corrupção com a



Durante o depoimento, Luiz Cláudio Cunha (E) admitiu não dispor de prova documental, a não ser seu próprio testemunho, sobre o diálogo

participação de políticos e autoridades públicas. O jornalista narrou que Antonio Carlos exigiu-lhe sigilo sobre a maneira como os dados haviam sido obtidos e que, para todos os efeitos, "não tinha nada a ver com aquilo". Também teria afirmado que as fitas e os CDs com as conversas haviam sido destruídos.

O jornalista informou que Anto-

nio Carlos entregou-lhe um resumo das escutas telefônicas. Distribuído na reunião, o volume de 170 páginas tem, segundo Cunha, anotações de próprio punho do senador. Ele repassou aos senadores o conteúdo do diálogo que manteve com Antonio Carlos sob a forma de anotações, mas revelou que o jornalista Fernando César Mesquita testemunhou a conversa.

ACM: "Diálogos jamais existiram"

O senador Antonio Carlos Magalhães divulgou nota à imprensa a respeito do depoimento do jornalista Luiz Cláudio Cunha no Conselho de Ética. O jornalista acusou o senador de ser o mandante das escutas telefônicas clandestinas feitas pela Secretaria de Segurança da Bahia. "Ficou patente que o senhor Luiz Cláudio Cunha não falou a verdade quando disse que eu grampeei o deputado Geddel Vieira Lima e que tenho mais de 200 horas de gravações", afirma o senador na nota.

De acordo com o senador, no



Antonio Carlos Magalhães

depoimento ficou demonstrada a "memória fraca" do jornalista. Na nota, Antonio Carlos diz que Luiz Cláudio Cunha apresenta diálogos que jamais existiram. "Foram [os diálogos] fruto de sua imaginação e falta de responsabilidade profissional", afirma.

Antonio Carlos Magalhães diz que o jornalista é o responsável pelo único grampo "verdadeiramente conhecido" até agora. "Espero, no meu depoimento, restabelecer a verdade, não só em relação a esses episódios, como também aos demais fatos até aqui apresentados", conclui a nota.

César Borges e Tourinho questionam gravação

Os senadores César Borges e Rodolpho Tourinho, do PFL baiano, solicitaram, logo no início da reunião de ontem do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que o jornalista Luiz Cláudio Cunha, da revista *IstoÉ*, revelasse se possuía uma fita com gravações de conversas que supostamente teriam acontecido entre o jornalista e o senador Antonio Carlos Magalhães.

Diante da resposta afirmativa, César Borges pediu que essa prova fosse desconsiderada, já que, segundo ele, teria sido obtida de forma ilegal, ou seja, sem autorização da pessoa gravada (*no caso, o senador Antonio Carlos*).

Borges disse que a Constituição e o próprio Poder Judiciário estabelecem a proibição do uso de fitas gravadas, sem autorização expressa de quem está sendo gravado, para fins de comprovação de ilícitos ou crimes. Nesse sentido, ele afirmou que iria requerer a desqualificação da fita apresentada pelo jornalista ao conselho.

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, Pedro Simon (PMDB-RS), Heloísa Helena (PT-AL) e Ramez Tebet (PMDB-MS) discordaram da posição de César Borges e Rodolpho Tourinho. Mercadante observou a necessidade de o depoente expor, com antecedência, o que sa-



César Borges



Pedro Simon



Heloísa Helena



Ramez Tebet



Juvêncio da Fonseca



Demostenes Torres

bia sobre o caso das escutas telefônicas clandestinas na Bahia.

Segundo ele, só após a narração é que se poderia questionar a legalidade das gravações. Mercadante também pediu a anexação, ao material que está sendo coletado pelo conselho, de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do ministro Carlos Velloso, reconhecendo que não existe ilegalidade jurídica em alguém gravar conversa que manteve com outra pessoa, para preservar-se de futuras negativas.

Presidente do Conselho de Ética, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) aceitou o pedido de Mercadante, mas observou que a decisão do Supremo Tribunal Federal não poderia ser anexada ao depoimento de ontem do jornalista Luiz Cláudio Cunha.

Durante o debate em torno do pedido de Borges e Tourinho, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse ter conhecimento de decisões jurídicas contrárias à relatada por Mercadante em relação à utilização de gravações de conversas telefônicas.

Repórter afirma que delegado lhe informou sobre inquérito

O jornalista Weiller Diniz, da revista *IstoÉ*, relatou ao Conselho de Ética que foi o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, quem lhe deu a informação sobre a instauração de inquérito policial para apurar os responsáveis pela escuta telefônica.

Weiller Diniz fez um resumo da reportagem "Grampo sem recibo" e relacionou mais de uma dezena de cartas e requerimentos de informações encaminhados por Antonio Carlos Magalhães e pelo ex-senador Antonio Carlos Júnior — seu filho e suplente, que assumiu o mandato na legislatura passada.

Ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), o jornalista disse que Cunha lhe contou ter ouvido do senador baiano que era o mandante das escutas. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) salientou as coincidências levantadas pelo jornalista entre as datas em que as conversas telefônicas foram captadas e as cartas do senador.

O senador Aloizio Mercadante afirmou que, com o depoimento dos jornalistas, o conselho passou a ter "afirmações testemunhais do mando e documentais inquestionáveis do envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães com o episódio do grampo". O se-



Weiller disse que requerimentos repetem até erros ortográficos das transcrições das escutas

nador César Borges destacou que as informações das escutas eram de conhecimento público na Bahia e não se poderia chegar à conclusão, com base nos requerimentos e cartas, que Antonio Carlos seria o mandante. Respondendo, Weiller Diniz disse não ter convicção de que Antonio Carlos Magalhães seria o mandante do grampo, mas que até os erros ortográficos do relatório eram repetidos nos requerimentos e cartas.

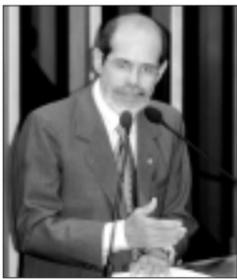
O senador Rodolpho Tourinho ressaltou que os depoimentos dos jornalistas não confirmavam qualquer denúncia. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que os jornalistas não romperam com nenhuma norma da profissão e que sua atitude foi "ética e em defesa do interesse público".

CONSELHO DE ÉTICA

Senador é convidado para apresentar a sua defesa

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou, ontem, requerimento convidando o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a apresentar defesa quanto a seu suposto envolvimento no caso das escutas telefônicas clandestinas na Bahia. A oitiva do representante baiano foi pedida pelo relator da investigação, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

— Chegamos a um momento crucial de nossa atividade. Minha avaliação é a de que, com os depoimentos e documentos colhidos e com o material da Polícia Federal que subsidia com informações nossos trabalhos, temos elementos suficientes para procedermos à elaboração do relatório. Dificilmente alguém mais poderia comparecer a este conselho trazendo in-



Geraldo Mesquita Júnior

relatório.

Após a aprovação do requerimento do relator, o presidente do Conselho de Ética, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), disse que iria entrar em contato com Antonio Carlos Magalhães para acertar a data de seu comparecimento ao colegiado.

Também foram aprovados pelo conselho requerimentos da senadora Heloísa Helena (PT-AL), solicitando ao jornal *Folha de S. Paulo* cópia das gravações dos grampos telefônicos; e do senador Sibá

formações adicionais que poderiam ser de utilidade, a não ser o próprio senador Antonio Carlos — declarou o relator. Ele acrescentou que, tão logo ouça a versão de Antonio Carlos sobre os fatos, vai concluir o

Machado (PT-AC), propondo que o relator recolha toda a documentação sobre o caso em poder do Ministério Público Federal e do Ministério Público da Bahia, e a coloque à disposição dos demais senadores.

Heloísa afirmou que deixará para depois do depoimento de Antonio Carlos Magalhães a apresentação de requerimento solicitando a oitiva da advogada Adriana Barreto, que teria ouvido do senador pela Bahia a ameaça de que iria colocar uma escuta em seu telefone. Vários senadores, no entanto, manifestaram-se contra a continuidade dos depoimentos.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, disse já ter formado uma convicção e que seu julgamento depende da defesa de Antonio Carlos. Mercadante lembrou que Adriana Barreto foi ouvida pela Polícia Federal e que seu depoimento pode constar do relatório.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



José Agripino



Paulo Octávio



Rodolpho Tourinho

Para PFL, não se pode provar que parlamentar baiano é o mandante

Os senadores do PFL contestaram ontem, na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a possibilidade de se comprovar que o senador Antonio Carlos Magalhães seja o mandante dos grampos na Bahia a partir das informações do jornalista Luiz Cláudio Cunha.

A posição foi acompanhada pelo senador Sérgio Guerra (PE), do PSDB, que, após ouvir as explicações do jornalista, concluiu não ter ficado evidente a atuação de Antonio Carlos como a pessoa que mandou grampear o telefone do deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e de outras pessoas, na Bahia.

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que “quem manda tem o poder inteiro do grampo” e que faltou ao jornalista indagar o porquê de o senador baiano não ter conseguido evitar a destruição de cerca de 200 horas de gravação clandestina.

Luiz Cláudio esclareceu que o intuito do seu telefonema ao senador, na segunda conversa que manteve com ele sobre os grampos, não era reproduzir o conteúdo do primeiro contato, ocorrido no dia 30 de janeiro no Senado, quando Antonio Carlos teria declarado ser o mandante. O jornalista informou que o objetivo era preservar a revista de algum desmentido futuro. Antonio Carlos já processou a revista várias vezes e, segundo Luiz Cláudio, não venceu em nenhuma ação.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) lembrou que, em mais de 50 anos de vida pública de “alta visibilidade”, Antonio Carlos passou a exercer uma influência tal que todas as decisões na Bahia acabam sendo atribuídas a ele. Paulo Octávio quis saber quais as razões da revista para dar maior importância à autoria do grampo do que ao seu conteúdo com denúncias de corrupção. Luiz Cláudio respondeu ter informado a Antonio Carlos que a apuração de casos de corrupção são demoradas, principalmente porque as gravações tinham sido destruídas. Acrescentou que as informações do senador continuariam a ser aproveitadas como uma pré-pauta, como se definem no jargão jornalístico as dicas que preparam uma futura reportagem.

SEM AUTORIZAÇÃO

Os representantes do PFL desqualificaram o depoimento do jornalista e insistiram na idéia de que a gravação, realizada pela revista, da segunda conversa mantida entre Luiz Cláudio e Antonio Carlos, não pode servir como prova a ser considerada pelo conselho, por ter sido obtida sem autorização do senador.

Os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e César Borges (PFL-BA) questionaram a “memória prodigiosa” do jornalista, que foi capaz de reproduzir, no prazo de uma semana, o diálogo que teve com o senador baiano no final de janeiro. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) quis saber se a gravação do segundo encontro com Antonio Carlos tinha por objetivo incriminar o senador.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que já dirigiu a Polícia Federal, fez questão de esclarecer que o laudo sobre a gravação dessa segunda conversa, encaminhado à liderança do PT, contém a transcrição da fita, que foi ouvida ontem, pela primeira vez, pelos conselheiros.

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) perguntou sobre o uso do *off* para a preservação da fonte e se a posição dele não teria ferido esse compromisso. Luiz Cláudio afirmou que o recurso ao *off* foi amplamente utilizado na época da ditadura militar.

Roosevelt Pinheiro



Jefferson Péres



Sibá Machado



Flávio Arns



Antero Paes de Barros



Sérgio Guerra

Jornalista afirma que memorizou primeira conversa

Durante a reunião em que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu o jornalista Luiz Cláudio Cunha, da revista *IstoÉ*, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse acreditar que as provas apresentadas até o momento sobre o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso das escutas telefônicas ilegais realizadas na Bahia são “contundentes, consistentes e concretas”.

Sobre restrições feitas ao testemunho do jornalista Luiz Cláudio Cunha, que contaria apenas com sua própria lembrança da primeira conversa travada sobre o assunto com Antonio Carlos, Mercadante observou que toda testemunha só tem sua memória como instrumento para prestar depoimento.

Ao responder a questionamento de Jefferson Péres (PDT-AM), o jornalista Luiz Cláudio disse que não gravou a conversa tida com o senador Antonio Carlos no seu

gabinete, no dia 30 de janeiro, mas que, de memória, transcreveu mais tarde tudo o que foi conversado. O jornalista informou que comentara com Tales Faria (chefe da sucursal em Brasília da *IstoÉ*) a conversa em que o senador baiano teria afirmado possuir um dossiê conseguido por meio de grampo, sobre o qual haveria pedido sigilo absoluto. Uma segunda conversa entre o jornalista e o senador teria ocorrido no dia 6 de fevereiro. Luiz Cláudio destacou que, nessas duas ocasiões, Antonio Carlos Magalhães já era senador diplomado.

Heloísa Helena perguntou se o jornalista confirmaria suas afirmações em uma possível acareação com Antonio Carlos e Adriana Barreto, uma vez que Luiz Cláudio Cunha e a advogada são as únicas pessoas que atestam terem ouvido o senador assumir a autoria dos grampos. O jornalista afir-

mou que repetirá o testemunho quantas vezes for necessário, em qualquer instância.

Em resposta a Sibá Machado (PT-AC), Luiz Cláudio disse ter publicado todas as informações relevantes e não ter sofrido pressão de ninguém para que deixasse de divulgar algo. Para o senador Flávio Arns (PT-PR), o jornalista, como testemunha, não precisa obrigatoriamente apresentar provas da primeira conversa travada com Antonio Carlos.

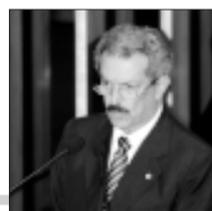
Ramez Tebet (PMDB-MS) quis saber do depoente por que apenas o laudo sobre a veracidade da fita havia sido entregue a alguns senadores do PT e a fita em si não foi mostrada. O jornalista explicou que apresentou o laudo a senadores do PT para demonstrar a eles a relevância da investigação.

— Não mostramos a fita porque achamos que o Conselho de Ética seria o foro adequado para mostrá-la — declarou o jornalista.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



César Borges



Romeu Tuma



João Alberto Souza

Reajuste dos aposentados pode vir em maio, diz Paim

Senador relata em Plenário contatos mantidos com o Executivo visando antecipar pagamento previsto para junho

O reajuste dos salários dos aposentados e pensionistas, previsto para ocorrer a partir de 1º de junho, poderá ser antecipado em um mês. A notícia foi transmitida na tarde de ontem, no Plenário, pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O pedido para a antecipação foi feito pelo próprio Paim, primeiro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em seguida, ao ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini.

— Ponderei ao presidente Lula sobre a importância da unificação da data-base dos reajustes do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas para 1º de maio. Ele demonstrou simpatia pela idéia e pediu que eu conversasse com o ministro da Previdência. O ministro Berzoini também foi simpático à proposta. Na próxima semana, conversarei com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para continuar a nego-

ciação — relatou Paim.

O senador ainda pediu ao ministro da Previdência que fosse entendido o percentual de reajuste do salário mínimo, 20%, aos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Este assunto também será levado por Paim para discussão na audiência com o ministro Palocci.

Com relação à unificação do pagamento do reajuste dos trabalhadores da ativa e dos aposentados e pensionistas, a expectativa do senador é que ocorra já no próximo ano. Na mesma ocasião, ele espera ver implantada a proposta de Berzoini de garantir aos aposentados, além do reajuste pela inflação do ano anterior, um aumento real correspondente a 50% do percentual de cres-



Paim conversou com Lula sobre reajuste dos aposentados

cimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao reafirmar seu compromisso de luta por um salário mínimo equivalente a US\$ 100, Paim observou que qualquer governo, em seu primeiro ano, encontraria dificuldades para conceder um grande aumento no piso salarial. Mesmo assim, destacou, o reajuste de 20% concedido pelo governo Lula foi o maior dos últimos anos.

Pediram apartes, elogiando a luta de Paim por um salário mínimo maior, os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Hélio Costa (PMDB-MG), Roberto Saturnino (PT-RJ), João Batista Motta (PPS-ES), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Para Ideli, auditoria nos municípios reduzirá corrupção

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou o início das operações de auditoria *in loco* nos municípios patrocinadas pela Controladoria Geral da União, para verificar o real emprego do dinheiro público. As operações vão detonar uma verdadeira guerra contra a corrupção, afirmou.

Ideli Salvatti informou que foi realizado ontem o sorteio, pela Loteria Federal, dos cinco primeiros municípios a serem vistoriados neste mês. Serão 26 no mês de maio e, a partir de junho, cem municípios serão auditados por uma força-tarefa, a cada mês, para verificar se sistemas, pontes e poços foram realmente construídos e se a merenda escolar teve qualidade adequada e distribuição correta, observou ela.

O objetivo do programa, ressaltou Ideli, é tapar os ralos por onde se escoam os recursos, bem como incutir na população a idéia de “tolerância zero” com a corrupção. A senadora afirmou que a vitória de Lula nas eleições significou a repul-



Ideli espera “uma verdadeira guerra” contra a corrupção

sa da população à tradicional colocação do país nos primeiros lugares do *ranking* mundial da corrupção. Mesmo com recursos públicos escassos, os resultados serão muito melhores se a sangria for estancada, disse.

Ideli ressaltou que a presença de Waldir Pires à frente da Controladoria Geral garante não apenas competência, mas, sobretudo, seriedade e honestidade.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) alertou para o fato de as verbas federais muitas vezes não serem liberadas no prazo certo, fazendo com que o prefeito fique com o estigma de “mau pagador”. Para Roberto Saturnino (PT-RJ), é fundamental a ida da força-tarefa ao município, para verificar o real estado de contas e programas públicos. Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs que a execução orçamentária seja tornada pública e colocada à disposição na Internet, como ele fez quando governador do Amapá.

Jucá lamenta corte de verbas da Suframa

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) reclamou ontem do contingenciamento no orçamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Segundo ele, foram cortados mais de R\$ 200 milhões do total de recursos previstos para este ano e diversos empenhos já haviam sido feitos pelo órgão.

O senador explicou que a Suframa tem recursos próprios e, por isso, não recebe dinheiro do Tesouro Nacional.

Jucá pediu ainda que o Ministério da Integração Nacional retome as obras paralisadas devido ao corte de verbas imposto pelo governo. O senador informou também que encaminhou pleito ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que resolva a situação de mais de 2 mil servidores contratados pelo Serpro há cerca de 30 anos.

Romero Jucá parabenizou a Assembleia Legislativa de Roraima pela iniciativa de liderar uma comitiva de empresários e políticos no Encontro Brasil-Venezuela, ocorrido em Caracas.

Serys propõe ação conjunta para fiscalizar fronteiras

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) relatou a visita que o Fórum Mato-Grossense de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado fez ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na semana passada. Na ocasião, foi entregue ao ministro uma carta



Serys registra apelo de Mato Grosso para o combate ao crime

aberta com várias solicitações, entre elas a de que a Polícia Federal no estado tenha melhores condições para desempenhar seu trabalho.

Serys também sugeriu a adoção de algumas medidas propostas pela comissão parlamentar de inquérito presidida por ela na Assembléia

Legislativa de Mato Grosso, que estudou o combate ao narcotráfico. Uma das sugestões foi viabilizar um trabalho conjunto das polícias do estado, a Federal e as Forças Armadas para controlar os 700 quilômetros de fronteira seca do estado.

A sugestão de envolver as Forças Armadas na fiscalização das fronteiras foi apoiada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). O senador Augusto Botelho (PDT-RR) registrou que na Venezuela as forças armadas do país já atuam na fiscalização das estradas.

Garibaldi quer refinaria no Rio Grande do Norte

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez um apelo ao presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, ontem, para que, ao invés de ampliar as atuais refinarias, como chegou a admitir, opte por construir uma nova no Nordeste. Garibaldi reivindicou para seu estado a localização do empreendimento, que já foi orçado em R\$ 2 bilhões e representará a criação de cerca de 600 empregos diretos.

— Creio que nesse processo é preciso considerar a palavra da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, no sentido de que esse investimento funcionará como forma de desconcentração do desenvolvimento regional.

Quando à localização da nova refinaria, Garibaldi admitiu que vários estados nordestinos apresentam vantagens e desvantagens. Ele ressaltou que, apesar de a Petrobras não possuir mais o monopólio do petróleo no país, a empresa terá uma grande influência na escolha do local e lembrou que o Rio Grande do Norte possui o pólo petroquímico e metalúrgico de Guamaré, onde já são produzidos 100 mil barris de petróleo por dia.



Garibaldi pede que Petrobras desista de simples ampliação

Edison Lobão defende reabertura ampla do Refis

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse não concordar com o argumento do governo para a não reabertura ampla do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). De acordo com o senador, conforme matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o mi-



Lobão discorda do argumento do governo sobre o Refis

nistro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, declarou que a reabertura poderia beneficiar sonegadores.

Segundo Lobão, em decorrência de uma conjuntura econômica adversa, muitos micro e pequenos empresários deixaram de pagar seus

débitos em dia. Por isso esses empresários pediram sua inscrição no Refis, observou.

Nesse contexto, o senador considerou que é inaceitável sacrificar contribuintes honestos por causa de sonegadores e fraudadores. Para ele, o governo fe-

deral, as autoridades fiscais, a Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social dispõem de instrumentos capazes de identificar e punir o contribuinte relapso, que se aproveita de um benefício fiscal para tirar vantagem.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Almeida Lima, Sérgio Zambiasi, Garibaldi Alves Filho e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko